

## **Informativo comentado: Informativo 1192-STF (*RESUMIDO*)**

Márcio André Lopes Cavalcante

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

#### **DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

Lei estadual que obriga a manutenção da Bíblia em espaços públicos viola a laicidade estatal e a isonomia; no entanto, em vez de declarar inconstitucional, deve-se dar interpretação conforme para dizer que a lei permite, mas não impõe a aquisição e manutenção da Bíblia

**Importante!!!**

**Atualize o Info 1012-STF**

**Mudança de entendimento**

ODS 4 E 16

Caso concreto: a Lei estadual nº 8.415/2003, do Rio Grande do Norte, determinava a inclusão de pelo menos dez exemplares da Bíblia no acervo de todas as bibliotecas públicas do Estado. O STF deu interpretação conforme a essa lei. Qual é a interpretação a ser dada: a lei estadual permite, mas não obriga, que o Estado adquira e mantenha exemplares da Bíblia em bibliotecas públicas.

Assim, é constitucional — e não ofende os princípios da isonomia (art. 5º, caput, CF/88), da liberdade religiosa (art. 5º, VI a VIII, CF/88) e da laicidade estatal (art. 19, I, CF/88) — lei estadual que permite a aquisição e a manutenção de exemplares da Bíblia Sagrada no acervo das bibliotecas públicas. O que é vedado ao legislador é obrigar (determinar) que se adquiram e/ou se mantenham livros religiosos em espaços públicos

STF. Plenário. ADI 5.255/RN, Rel. Min. Nunes Marques, redator do acórdão Min. Cristiano Zanin, julgado em 27/09/2025 (Info 1192).

#### **ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

O Congresso Nacional não está em mora por não ter sido ainda aprovada a lei complementar de que trata o art. 18, § 4º, da CF/88; isso porque foram aprovados três projetos de lei para regulamentar esse dispositivo, tendo eles sido vetados pela Presidência da República

**Importante!!!**

ODS 11

O § 4º do art. 18 da CF/88, alterado pela EC 15/1996, determina que a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios dependem de lei estadual, editada dentro de um período fixado por Lei Complementar Federal, após a realização de plebiscito e divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal. No entanto, essa lei complementar federal nunca foi promulgada, o que torna inconstitucional a criação de novos municípios, pois falta o primeiro requisito exigido pelo dispositivo constitucional.

Em 2007, o STF, na ADI por Omissão 3.682, reconheceu que o Congresso Nacional estava em mora legislativa por não ter editado a referida lei complementar. Naquela ocasião, o STF deu um prazo de 18 meses para que o Legislativo suprisse essa lacuna. Mesmo assim, ainda não foi editada a lei complementar de que trata o § 4º do art. 18 da CF/88.

Diante desse cenário, o Governador do Pará ingressou com a ADO 70, alegando que o Congresso continua omissos, tendo sido requeridas diversas medidas para suprir a omissão. O STF, contudo, rejeitou o pedido e entendeu que não há omissão legislativa, pois o Congresso atuou ao aprovar três projetos de lei complementar entre 2013 e 2014, todos vetados pela Presidência da República por razões de interesse público, como impacto fiscal e redistribuição de recursos do FPM.

Assim, o STF concluiu que não há inércia deliberativa (*inertia deliberandi*), já que o Legislativo tem discutido e tentado aprovar a matéria, e a ausência da lei decorre das dinâmicas políticas do processo democrático, não de negligência.

Em suma: não há inércia legislativa quando a atuação do Parlamento resultou em projetos de lei integralmente vetados pelo Presidente da República. Por essa razão, o Congresso Nacional não está em mora na edição da lei complementar atinente à criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios (art. 18, § 4º, da CF/88).

STF. Plenário. ADO 70/PA, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 27/09/2025 (Info 1192).

#### COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS

**É inconstitucional norma estadual que cria causas de suspensão da pretensão punitiva do Estado e de extinção de punibilidade para crimes tributários e previdenciários**

ODS 16

Caso concreto: a Lei estadual nº 11.481/2000, de Santa Catarina, criou o Programa de Recuperação Fiscal (Refis/SC) para permitir que contribuintes regularizassem seus débitos tributários. O art. 12 dessa lei, contudo, foi além da questão fiscal e tratou de temas penais, determinando a suspensão da pretensão punitiva do Estado em relação a crimes contra a ordem tributária e previdenciária enquanto a empresa estivesse incluída no programa, e a extinção da punibilidade caso houvesse o pagamento integral dos débitos.

O STF julgou esse art. 12 inconstitucional.

Norma estadual que prevê suspensão da pretensão punitiva e extinção da punibilidade em razão de adesão a programa de parcelamento fiscal é formalmente inconstitucional, pois legisla sobre matéria penal, cuja competência é privativa da União (art. 22, I, CF/88).

Ainda que relacionada a débitos tributários, a medida tem natureza despenalizadora, o que excede a competência concorrente em matéria tributária.

STF. Plenário. ADI 2.957/SC, Rel. Min. Nunes Marques, julgado em 27/09/2025 (Info 1192).

#### TRIBUNAL DE CONTAS

**É inconstitucional lei estadual, de iniciativa parlamentar, que estabelece restrições ao poder sancionador do Tribunal de Contas**

ODS 16

Caso concreto: Lei do Estado da Bahia, de iniciativa parlamentar, previu que seria vedada a aplicação de multas e a responsabilização pessoal de gestores públicos: i) quando não fosse comprovado desvio de recursos em benefício próprio ou de familiares; e ii) quando não ficasse comprovado o dolo na ordenação de despesas.

**O STF julgou essa lei inconstitucional.**

A lei possui vício formal de iniciativa, pois trata de matéria que afeta a organização, estrutura interna e funcionamento do Tribunal de Contas, competências que são privativas dessa Corte, nos termos dos arts. 73, 75 e 96, II, d, da CF/1988.

A norma impugnada apresenta inconstitucionalidade material ao limitar o poder sancionador do Tribunal de Contas, afrontando o art. 71, VIII, da CF/1988. Tal restrição compromete a função de controle externo do Tribunal e esvazia o efeito punitivo das multas, prejudicando a fiscalização dos recursos públicos e a responsabilização de gestores públicos.

STF. Plenário. ADI 7.082/BA, Rel. Min. Cristiano Zanin, julgado em 27/09/2025 (Info 1192).

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

### **CONCURSO PÚBLICO**

**A contratação temporária não configura, por si só, preterição arbitrária e imotivada de candidato aprovado em concurso público**

**Caso adaptado: em 2011, a ECT lançou um concurso público com 8.346 vagas para diversos cargos. Durante a validade do certame, a empresa convocou mais de 20 mil candidatos, dos quais 14.580 foram contratados. Contudo, continuou realizando contratações temporárias e terceirizadas para atender demandas sazonais, como picos de entregas em datas especiais e operações específicas.**

**Foi ajuizada uma ação civil pública alegando que essas contratações temporárias configuravam preterição dos candidatos aprovados, e a Justiça do Trabalho determinou que os Correios convocassem todos os aprovados, inclusive fora do número de vagas.**

**O STF cassou essa decisão em uma reclamação.**

**A Corte afirmou que a contratação temporária não configura, por si só, preterição arbitrária. O concurso já havia ultrapassado seu prazo de validade e que as contratações temporárias tinham justificativa legítima diante da sazonalidade do serviço postal.**

**Obrigar a empresa a realizar contratações permanentes fora do prazo do concurso gerava grave insegurança jurídica e impacto econômico expressivo.**

**Apenas contratações temporárias sem justificativa poderiam caracterizar preterição, reafirmando que a mera existência de contratações sazonais não garante direito automático à nomeação.**

STF. 1ª Turma. Rcl 57.848 AgR/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 23/09/2025 (Info 1192).

### **RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO**

**O Estado não pode ser condenado a indenizar o ofendido por declarações de Deputado Estadual; isso porque a imunidade material é uma causa de exclusão de responsabilidade do Estado; se houve abuso, a responsabilidade será pessoal do parlamentar**

#### **Importante!!!**

ODS 16

**Caso hipotético: em discurso no plenário da Assembleia Legislativa, um Deputado Estadual fez falsas acusações contra um indivíduo, imputando-lhe a prática de crimes. O ofendido propôs ação de indenização por danos morais contra o Estado-membro, com base no art. 37, § 6º, da Constituição. O Estado contestou alegando que as palavras do parlamentar estavam**

protegidas pela imunidade material prevista no art. 53 c/c art. 27, § 1º da CF/88, o que afastaria qualquer responsabilidade civil do ente público.

A imunidade parlamentar material afasta a responsabilidade civil objetiva do Estado prevista no art. 37, § 6º da Constituição? O STF concordou com os argumentos do Estado-membro? Sim.

A imunidade material dos parlamentares afasta qualquer pretensão indenizatória em face do ente público, na medida em que se trata de uma causa excludente da responsabilidade civil objetiva estatal.

**Tese fixada pelo STF:**

1. A imunidade material parlamentar (art. 53, caput, c/c art. 27, § 1º, e art. 29, VIII, CF/88) configura excludente da responsabilidade civil objetiva do Estado (art. 37, § 6º, CF/88), afastando qualquer pretensão indenizatória em face do ente público por opiniões, palavras e votos cobertos por essa garantia.

2. Nas hipóteses em que a conduta do parlamentar extrapolar os limites da imunidade material, eventual responsabilização recairá de forma pessoal, direta e exclusiva sobre o próprio parlamentar, sob o regime de responsabilidade civil subjetiva.

STF. Plenário. RE 632.115/CE, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 27/09/2025 (Repercussão Geral – Tema 950) (Info 1192).

#### **RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO**

**Filhos separados de pais com hanseníase têm prazo prescricional de 5 anos para pedir indenização ao Estado, contados da decisão do STF na ADPF 1.060**

#### **Importante!!!**

ODS 3, 10 E 16

**Caso concreto:** o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN) ajuizou ADPF pedindo que o STF declarasse que o prazo prescricional de cinco anos do Decreto nº 20.910/1932 não se aplica às ações de indenização movidas contra a União por filhos de pessoas atingidas pela hanseníase que foram separados compulsoriamente de seus pais. O pedido se fundamentava na alegação de que tais violações configuraram graves ofensas aos direitos humanos e à dignidade da pessoa humana, comparáveis a perseguições políticas e torturas, sendo, portanto, imprescritíveis.

Entre as décadas de 1920 e 1980, o Brasil adotou uma política de isolamento compulsório de pessoas com hanseníase, internando-as em hospitais-colônia e separando à força seus filhos, que eram enviados a preventórios ou entregues a terceiros. Nessas instituições, as crianças foram submetidas a maus-tratos, abusos, trabalho forçado e à tentativa de apagamento de suas origens. O Estado reconheceu parcialmente sua responsabilidade ao conceder pensões às vítimas diretas e, mais recentemente, aos filhos separados, por meio das Leis nº 11.520/2007 e nº 14.736/2023.

O STF julgou o pedido parcialmente procedente.

A Corte não acolheu a tese da imprescritibilidade. Reconheceu que a política de isolamento compulsório configurou um erro histórico e grave violação de direitos humanos, mas entendeu que declarar a imprescritibilidade poderia comprometer a segurança jurídica e o equilíbrio financeiro do Estado.

Como solução, o STF manteve o prazo prescricional de cinco anos, porém modificou o marco inicial de sua contagem. O prazo passou a correr a partir da publicação da ata de julgamento da própria decisão, e não da época em que ocorreram os fatos, garantindo às vítimas a possibilidade real de buscar reparação.

**Em suma:** nas hipóteses em que os filhos foram separados de seus pais em virtude da política de isolamento compulsório de hansenianos, o prazo prescricional quinquenal para ações individuais de indenização começa na data da publicação da ata deste julgamento, garantindo segurança jurídica e tempo razoável para o exercício da pretensão.

**Tese fixada:** Prescrevem em 5 anos, a contar da publicação da ata de julgamento da presente ação, as pretensões de indenização propostas contra a União por filhos de pessoas atingidas pela hanseníase cujo fundamento seja o afastamento forçado promovido pelo Estado entre eles e seus pais, sem prejuízo da necessária demonstração, em cada caso, dos pressupostos da responsabilização civil do Estado.

STF. Plenário. ADPF 1.060/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 27/09/2025 (Info 1192).

## **DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL**

### **REGIME JURÍDICO**

**É constitucional, desde que motivada por interesse público e amparada em estudos prévios de viabilidade, norma estadual que reestrutura os serviços notariais e de registro do Estado**

ODS 8

**Caso concreto:** a Lei estadual nº 12.511/2022 da Paraíba reorganizou os serviços notariais e de registro no estado. O art. 5º determinou que, em municípios com mais de 200 mil habitantes, deve existir um Tabelionato de Notas para cada 150 mil habitantes ou fração superior a 100 mil. Na prática, isso implicará uma redução no número de tabelionatos.

Um partido político ajuizou ADI firmando que essa limitação violaria princípios constitucionais, como eficiência, impessoalidade, livre iniciativa e razoabilidade, além de prejudicar os cidadãos e concentrar lucros.

O STF rejeitou os argumentos e declarou a constitucionalidade da lei.

A especialização dos serviços notariais e de registro, promovida por lei estadual de iniciativa do Tribunal de Justiça, que reorganiza as delegações mediante desacumulação de atribuições, é constitucional quando precedida de estudo prévio de viabilidade e fundamentada em interesse público, devendo respeitar a regra do concurso público e os direitos adquiridos dos titulares.

A reestruturação que considera fatores objetivos como população, distância entre municípios, volume de atos praticados e recolhimento de emolumentos confere eficiência operacional aos serviços, em observância ao princípio da eficiência administrativa previsto no art. 37, caput, da CF/88.

STF. Plenário. ADI 7.352/PB, Rel. Min. Cristiano Zanin, julgado em 27/09/2025 (Info 1192)

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

### **COMPETÊNCIA**

**Buscas e apreensões nas dependências do Congresso Nacional ou em imóveis funcionais de parlamentares devem ser autorizadas exclusivamente pelo STF**



**Importante!!!**

ODS 16

A prerrogativa de função não constitui privilégio pessoal, mas sim um mecanismo destinado a proteger a própria função pública exercida, assegurando independência e autonomia no desempenho das atribuições. A competência por prerrogativa de função abrange também a fase investigatória e a supervisão das investigações criminais de autoridades com foro especial.

Ainda que a investigação não tenha como alvo direto o parlamentar, a apreensão de objetos, como documentos e dispositivos informáticos, nas dependências do Congresso Nacional ou em imóveis funcionais repercute, ainda que indiretamente, sobre o desempenho da atividade parlamentar e o próprio exercício do mandato, atraindo a competência do STF (art. 53, § 1º, c/c art. 102, I, "b", da CF/88).

O art. 13, II, do CPP foi recepcionado pela Constituição de 1988. A legalidade do dever nele instituído pressupõe a observância das regras de competência, o que impõe interpretação conforme à Constituição para fixar a competência exclusiva do STF para autorizar medidas cautelares probatórias a serem cumpridas nas dependências do Congresso Nacional ou em imóveis funcionais ocupados por parlamentares.

STF. Plenário. ADPF 424/DF, Rel. Min. Cristiano Zanin, julgado em 27/09/2025 (Info 1192).

**DIREITO TRIBUTÁRIO****PRINCÍPIOS**

**Decisão do STF sobre a Lei 11.116/2005 (regulamenta a produção e importação de biodiesel)**

ODS 7, 12, 16 e 17

**Caso concreto:** a MP 227/2004, convertida na Lei nº 11.116/2005, regulamentou a produção e importação de biodiesel no Brasil. Foi proposta ADI contra o art. 5º, o art. 2º, III e §2º e o art. 12, §2º, I da Lei. O STF conferiu interpretação conforme aos dispositivos impugnados.

**Art. 5º:** esse artigo autoriza o Poder Executivo a reduzir ou aumentar, a qualquer tempo, as alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre o biodiesel, com base em critérios como matéria-prima, região produtora e tipo de produtor. O STF considerou válida essa delegação, pois tinha finalidade extrafiscal (incentivo à produção sustentável e regional). Contudo, deu interpretação conforme à Constituição, determinando que qualquer aumento da carga tributária deve respeitar a anterioridade nonagesimal (espera de 90 dias antes de entrar em vigor); e a redução de tributo que gere renúncia de receita deve vir acompanhada de estudo de impacto orçamentário e financeiro, conforme o art. 113 do ADCT.

**Art. 2º, III e §2º:** o dispositivo permite à Receita Federal cancelar o registro especial de empresas produtoras ou importadoras de biodiesel por descumprimento de obrigações tributárias. O STF entendeu que a medida não é inconstitucional, pois visa proteger a livre concorrência e evitar fraudes fiscais, mas exigiu que fosse aplicada com proporcionalidade. Assim, fixou três condições: a) o cancelamento só pode ocorrer quando o crédito tributário for relevante e capaz de afetar a concorrência; b) deve haver recurso com efeito suspensivo ao Ministro da Fazenda; e c) o ato deve ser motivado, demonstrando que o não pagamento foi usado como instrumento para obter vantagem competitiva.

**Art. 12, §2º, I:** previa multa de 100% do valor comercial da produção feita durante a inoperância do medidor de vazão. O STF considerou a penalidade desproporcional e confiscatória, reduzindo-a para 30% do valor da mercadoria produzida nesse período. Essa

limitação só vale a partir da publicação da decisão, com exceção dos processos ainda em andamento.

Em suma: as normas que regulam a produção e importação de biodiesel devem observar os princípios da anterioridade nonagesimal e da responsabilidade fiscal, quando houver alteração de coeficientes de redução de alíquotas tributárias pelo Poder Executivo, bem como o princípio da proporcionalidade nos casos de cancelamento do registro por inadimplência fiscal e de imposição de multa por infração grave.

STF. Plenário. ADI 3.465/DF, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, redator do acórdão Min. Dias Toffoli, julgado em 27/09/2025 (Info 1192).

### ICMS

É constitucional o art. 155, § 4º, I, da CF (inserido pela EC 33/2001), que define o Estado de consumo como sujeito ativo do ICMS nas operações com combustíveis derivados de petróleo, pois não configura violação à imunidade tributária recíproca

ODS 12 E 16

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) ajuizou ADI contra:

- o art. 155, § 2º, X, “b”, da CF/88 (redação originária);
- o art. 155, § 4º, I, da CF/88 (inserido pela EC 33/2001).

Antes da Emenda, o ICMS sobre combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo era devido ao Estado de origem. A emenda, entretanto, alterou a regra para destinar a arrecadação ao Estado consumidor.

A ALERJ pediu:

- interpretação conforme à Constituição do art. 155, § 2º, X, “b”, para permitir que o Rio de Janeiro cobrasse ICMS sobre a extração de petróleo;
- a declaração de inconstitucionalidade do art. 155, § 4º, I, incluído pela EC 33/2001, sob o argumento de que a nova regra violava a imunidade tributária recíproca, pois retirava do Estado produtor a competência tributária e a correspondente receita.

O STF rejeitou os pedidos argumentando que:

- Não é possível declarar inconstitucional um dispositivo da própria Constituição originária, pois não há norma hierarquicamente superior que sirva de parâmetro de confronto.
- o art. 155, § 2º, X, “b”, possui texto claro e inequívoco, vedando o ICMS sobre operações interestaduais com petróleo; não admite interpretação que crie nova hipótese de incidência tributária.
- A EC 33/2001 apenas redistribuiu a competência tributária do ICMS para o Estado de consumo, sem configurar tributação sobre patrimônio, renda ou serviços de outro ente federativo, preservando o pacto federativo e o equilíbrio entre os Estados.

É constitucional — e não afronta o princípio da imunidade tributária recíproca (art. 150, VI, a, CF/88) — o art. 155, § 4º, I, da CF/88 (incluído pela EC nº 33/2001), que buscou promover um maior equilíbrio entre os entes, preservando o pacto federativo.

STF. Plenário. ADI 6.250/DF, Rel. Min. Nunes Marques, julgado em 27/09/2025 (Info 1192).